

**Ata da 31ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, de 07/06/2006, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar**

**Membros Participantes:**

1. Luiz Antônio Barreto de Castro – Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia
2. José Domingos Gonzalez Miguez – Secretário Executivo da Comissão Interministerial
3. Ruy de Góes Barros – Ministério do Meio Ambiente
4. Raphael Azeredo – Ministério das Relações Exteriores
5. Laura Porto – Ministério de Minas e Energia

**Outros Participantes:**

1. João Luiz Tedeschi - Ministério de Minas e Energia
2. Adriano Oliveira - Ministério do Meio Ambiente
3. Paula Bennati - Ministério do Meio Ambiente
4. Demétrio Toledo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
5. Larissa Schmidt - Ministério do Meio Ambiente
6. Branca Americano - Ministério da Ciência e Tecnologia

O Secretário Executivo Dr. José Domingos Gonzalez Miguez iniciou os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima dando boas vindas a todos os representantes dos Ministérios e informando que o Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, membro titular da Comissão compareceria posteriormente à reunião.

O Dr. Ruy de Góes Barros informou que não poderia permanecer até o término da reunião e pediu que o item 4 da agenda (Outros Assuntos) fosse tratado no início da reunião. Não havendo objeções esse item da agenda foi antecipado.

**1. Outros Assuntos**

- **Situação do projeto Usina Verde, apresentação do Parecer Técnico do Ministério do Meio Ambiente e posicionamento do Professor Emílio Lebre La Rovere do Centro Clima.**

O Dr. Ruy de Góes Barros iniciou seu relato sobre o projeto Usina Verde.

Ressaltou que, após a denúncia da FBONGs, o Ministério do Meio Ambiente procedeu a uma análise do projeto Usina Verde e concluiu que, de fato, alguns aspectos não haviam sido adequadamente tratados durante a análise deste projeto. Ressaltou a importância da participação da sociedade civil no processo de aprimoramento dos projetos MDL.

Observou que dois aspectos relevantes foram diagnosticados. O primeiro diz respeito às emissões de dioxinas e furanos, substâncias que não fazem parte do protocolo de Quioto. Ressaltou que estas emissões do projeto Usina Verde estão dentro dos limites permitidos pela resolução do Conama vigente, que é de 0,5 ng/m<sup>3</sup>, entretanto, ressaltou que esta resolução está em revisão e a tendência é que este valor seja revisto para 0,1ng/m<sup>3</sup>. Ressaltou ainda que internacionalmente um guia de boas prática está sendo elaborado pelas Convenções de Estocolmo e da Basiléia que prevêm a adoção do valor mais restritivo de emissões de dioxinas e furanos. Ressaltou que, sob a ótica da lei, o projeto Usina Verde está adequado. Assim, ressaltou que a CIMGC encontra-se em situação confortável. O outro aspecto diz respeito ao material queimado pelo projeto Usina Verde. A visita de campo constatou que a concentração de plásticos queimado é superior à prevista na atividade de projeto. Destacou que o monitoramento da atividade de projeto será feito por estimativa após seis meses, já que a composição do lixo pode variar diariamente. Esclareceu que neste aspecto há que se estudar como melhorar o sistema de monitoramento das emissões da atividade de projeto.

O Dr. Ruy de Góes Barros destacou ainda que outros aspectos relacionados ao Projeto Usina Verde dizem respeito à destinação adequada das cinzas, uma vez que o projeto prevê sua utilização na indústria de construção ou na agricultura. Entretanto, caso as cinzas produzidas sejam de classe 1, elas deverão ter outra destinação, não prevista na atividade de projeto.

O Dr. Ruy de Góes Barros concluiu que a posição do MMA é de que como o projeto Usina Verde se trata de uma atividade piloto, e que um de seu objetivos é o estudo da viabilidade da replicação em outras unidades, o seu objetivo foi satisfatoriamente atendido. Entretanto, esclareceu que, caso novos projetos similares a este sejam elaborados, especial atenção deverá ser dada à questão das emissões de dioxinas e furanos e do monitoramento da composição do lixo utilizado no projeto.

O Secretário Executivo destacou que concorda com o Dr. Ruy de Góes Barros quanto à importância da participação da sociedade civil no processo de aprimoramento dos projetos MDL. Entretanto, ressaltou que o momento correto para a apresentação de críticas é durante a fase de elaboração do projeto, e não após a sua aprovação pela CIMGC, tal como ocorreu no caso do projeto Usina Verde.

Quanto à questão da composição do lixo utilizado na atividade de projeto, o Secretário Executivo ressaltou que, de fato, trata-se de um problema, entretanto, um problema para a entidade operacional designada que verificará as reduções de emissões de gases de efeito estufa, e não da CIMGC. Informou que a Autoridade Nacional Designada pode pedir revisão do relatório de verificação, caso entenda que algum aspecto não tenha sido adequadamente tratado.

O Secretário Executivo apontou ainda que o MCT pretende viabilizar recursos no âmbito do PPA para realizar auditorias surpresa nos projetos MDL desenvolvidos no Brasil. Sugeriu que o MMA adote um procedimento similar

- **Situação do projeto Cosipar junto ao IBAMA e Ministério Público frente às acusações de degradação ambiental envolvendo a exploração de madeira nativa na Floresta Amazônica.**

O Dr. Ruy de Góes Barros informou que, infelizmente, não foi possível obter novas informações sobre o projeto Cosipar, uma vez que o IBAMA encontrava-se em greve.

O Secretário Executivo lembrou que o Projeto Cosipar pediu requerimento de nova carta de aprovação à CIMGC, ou seja, ele foi aprovado, mas devido a alterações no DCP e no relatório de validação, há necessidade de nova carta de aprovação e portanto ainda não pode registrado pelo Conselho Executivo. Destacou que, após a aprovação do projeto, ele foi multado pelo IBAMA por praticar desmatamento e queimar madeira nativa.

Assim, questionou aos membros da CIMGC se teriam alguma sugestão de como informar aos proponentes do projeto sobre os questionamentos que estão sendo levantados junto ao IBAMA.

O Dr. Ruy de Góes Barros esclareceu que, diante dos novos fatos, a CIMGC deveria encaminhar aos proponentes do projeto um pedido de esclarecimento formal.

O Secretário Executivo pediu ao Dr. Ruy de Góes Barros que encaminhasse um ofício à CIMGC informando a situação do projeto Cosipar para que a Secretaria Executiva pudesse subsidiar e justificar o pedido de esclarecimento.

## **2. Relato da 24ª reunião dos órgãos subsidiários realizado em Bonn de 17 a 26 de maio de 2006.**

O Secretário Executivo pediu ao Dr. Raphael Azeredo representante do Ministério das Relações Exteriores que apresentasse um breve relato da 24ª reunião dos órgãos subsidiários.

Inicialmente o Dr. Raphael Azeredo agradeceu aos representantes do MCT e MMA pela ativa participação que tiveram durante a reunião e garantiram o devido apoio técnico à delegação brasileira.

Destacou que além da reunião dos órgãos subsidiários aconteceu paralelamente a primeira reunião de diálogo para o futuro do regime e também a reunião no âmbito das negociações para o segundo período de compromissos. Ademais, destacou a posição brasileira nas negociações específicas acerca da proposta apresentada durante a COP de Montreal, pelo grupo de países *Rain Forest Coalition*, para a criação de incentivos para evitar o desmatamento em países tropicais.

Sobre a primeira reunião de diálogo para o futuro do regime, destacou que o formato escolhido para a reunião não favoreceu o efetivo intercâmbio de idéias entre os participantes. Em sua opinião, a reunião foi demasiadamente expositiva, com palestras muitas vezes de elevado nível técnico acadêmico, mas que não ocorreram os debates que a

delegação brasileira esperava que ocorressem. A delegação brasileira enfatizou que o futuro do regime deveria se dar em dois trilhos, um sob a luz da Convenção Quadro, outro sob a do Protocolo de Quioto. Destacou que o trilho do Protocolo está bem definido e envolve ações rápidas visando reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa e pressupõem compromissos de reduções para os países Anexo I muito mais efetivos e significativos que os estabelecidos para o primeiro período de compromisso.

Acerca das negociações específicas para o segundo período de compromisso, destacou que o Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado foi eleito vice-presidente do processo, tendo a presidência ficado com o delegado de Malta (Michael Gutajar).

Destacou que os trabalhos foram relativamente eficientes, embora os países Anexo I tenham optado por repetir o posicionamento que tiveram durante a COP de Montreal, isto é, vincular a negociação do segundo período de compromisso à revisão do artigo 9.2 do Protocolo de Quioto relacionado ao resultado do diálogo sobre o futuro do regime e a outros instrumentos estranhos ao mandato do artigo 3.9. Informou que o Grupo do G77 + China tem refutado esta linha de negociação por entender que o mandato do artigo 3.9 é muito claro e deve ater-se à projeção do crescimento e à definição de metas específicas de reduções para países Anexo I, além de negociar com países Não Anexo I a duração do segundo período de compromisso. Concluiu que serão negociações difíceis e ressaltou que o fator tempo é fundamental para que sinais positivos sejam dados ao mercado até no máximo 2008/2009 a fim de não aumentar a incerteza relacionada aos projetos MDL.

Ressaltou que a posição brasileira está alinhada com a posição do G77 + China. Adicionalmente, o Brasil apresentou uma submissão requerendo que o término das negociações sobre o segundo período de compromisso ocorra até 2009 e que os países Anexo I adotem metas de reduções mais restritivas que aquelas adotadas durante o primeiro período de compromisso. Acrescentou que estas negociações continuarão na COP 12 em Nairobi.

O terceiro e último item que o Dr. Raphael Azeredo comentou foi sobre a posição brasileira nas negociações específicas acerca da criação de incentivos para evitar o desmatamento em países tropicais. Ressaltou que este tema tem sido levantado por países pequenos que buscam participar do mercado de carbono. A posição brasileira é de que incentivos para a manutenção de florestas em países tropicais poderiam ser negociados, porém no âmbito da Convenção Quadro, e não do Protocolo. Entretanto, ressaltou que aspectos importantes ainda devem ser debatidos e resolvidos, como por exemplo metodologias que contemplem de forma satisfatória possíveis fugas de emissões.

Informou que será realizado um seminário em Bonn para discutir o tema dos incentivos para evitar o desmatamento e que se espera que esta reunião, que ocorrerá fora do âmbito formal de negociação, possa contribuir para o desenvolvimento de soluções aceitáveis.

### **3. Aprovação da Ata da 30ª reunião da Comissão Interministerial.**

O Secretário Executivo apresentou a minuta da Ata da 30ª Reunião e pediu aos membros da Comissão que se pronunciem até sexta-feira dia 9 de junho de 2006 para aprovação eletrônica.

Todos os membros da Comissão concordaram com o posicionamento e se comprometeram a encaminhar suas considerações até o prazo estabelecido.

### **4. Projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.**

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro pediu ao Secretário Executivo que precedesse à análise dos projetos em revisão.

#### **➤ Projetos em fase de revisão**

O Secretário Executivo informou que os projetos de Hidrelétrica da Incomex Brasil – N° 77 e de Cogeração com Bagaço Nardini – N° 64 não haviam respondido aos ofícios da CIMGC até o dia 31 de maio de 2006.

Pediu à Dra. Branca Bastos Americano que apresentasse a análise do MCT para os demais projetos em revisão.

#### **• Projeto de Geração de Energia Eólica Água Doce (PGEEAD) – N° 78;**

A Dra. Branca observou que este projeto respondeu o Ofício n° MDL 108/2006/CIMGC, de 24 de abril de 2006. O ofício apontava três questionamentos, dois relativos ao PROINFA e outro referente a questões de tradução. Ressaltou que, na opinião do MCT, todas as exigências foram atendidas sugerindo que o projeto possa ser aprovado.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro pediu aos demais membros da CIMGC que apresentassem seus apontamentos.

A Dra. Laura Porto informou que não teve acesso à documentação dos seguintes projetos:

- Diminuição de Gases de Efeito Estufa no Aterro Sanitário do Aurá
- Projeto de Geração de Energia Eólica Água Doce
- Projeto de Hidrelétrica da Incomex, Brasil
- Projeto de Cogeração de Bagaço Nardini

A Dra. Branca Americano informou que desde a 30ª reunião da CIMGC todo o procedimento de distribuição de documentação têm passado por um processo de aprimoramento, incorporando múltiplos estágios de verificação. Ressaltou que um procedimento que tem sido adotado é o pedido de resposta automática de recebimento dos e-mails. Informou que foi encaminhado um e-mail contendo toda a documentação dos

projetos que seriam analisados durante a 31ª Reunião da CIMGC e que o sistema automático informou que o MME o havia apagado sem tê-lo aberto. Acredita que pode ter havido algum problema de comunicação.

O Secretário Executivo informou que o MCT passou por um processo global de reestruturação de suas páginas na Internet, tendo migrado toda a plataforma para o sistema Linux. Destacou que, de agora em diante, cada projeto terá uma página individual onde serão disponibilizadas todas as informações e documentações relativas. Acredita que este novo procedimento agilizará e facilitará o acesso à documentação.

A Dra. Branca Americano perguntou aos demais ministérios se eles experimentaram dificuldades semelhantes às observadas pelo MME no recebimento da documentação.

O Dr. Adriano, representando o MMA, informou que teve acesso a toda a documentação.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro informou que, de qualquer forma, o fato é que o MME não pôde analisar os projetos em questão. Perguntou se haveria uma solução alternativa para o problema.

A Dra. Branca Americano sugeriu que fosse dado um prazo até sexta-feira, dia 09 de junho de 2006, para que todos os ministérios apresentem suas considerações acerca dos projetos em questão, caso contrário, prevalecerá o posicionamento acordado durante a reunião.

- **Projeto Pequenas Centrais Hidrelétricas Nova Sinceridade – Brascan Energética Minas Gerais S.A. (BEMG) – N° 36;**

A Dra. Branca informou que a maioria das exigências apontadas no Ofício n° MDL 100a/2006/CIMGC, de 20 de março de 2006, foram atendidas, restando apenas uma questão relativa à duplicação de informações no anexo III. Assim, sugeriu que este projeto fosse aprovado.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalva** do Projeto Pequenas Centrais Hidrelétricas Nova Sinceridade – Brascan Energética Minas Gerais S.A. (BEMG), condicionada ao atendimento da seguinte ressalva:

1. Reapresentar o Anexo III, observando:
  - a. Item referente à sustentabilidade ambiental local – tirar a duplicação de informação quanto ao sistema de gestão ambiental.
  - b. Item referente às condições de trabalho e geração de empregos – tirar o parágrafo duplicado; quando citar o programa de assistência técnica ao produtor rural, esclarecer se ele visa à melhoria ou à manutenção do nível de renda e da qualidade de vida das famílias.
  - c. Item referente à distribuição de renda – retirar o texto duplicado que já consta no item b, ou retirá-lo de lá.
  - d. Item referente à capacitação e desenvolvimento tecnológico – enviar a citação do programa de minimização de danos à saúde para o item a, situando-a no tempo.

- **Projeto Pequenas Centrais Hidrelétricas de Ivan Botelho II (Palestina) – Brascan Energética Minas Gerais S.A. (BEMG) – N° 35;**

A Dra. Branca observou que este projeto respondeu o Ofício n° MDL 100/2006/CIMGC, de 20 de março de 2006, tendo atendido a todas as suas ressalvas. Sugeriu que este projeto deveria ser aprovado pela CIMGC.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro pediu aos demais membros da CIMGC que apresentassem seus apontamentos. Não havendo outros comentários, o projeto foi aprovado.

A CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto Pequenas Centrais Hidrelétricas de Ivan Botelho II (Palestina) – Brascan Energética Minas Gerais S.A. (BEMG).

- **Projeto de Diminuição de Gases de Efeito Estufa no Aterro Sanitário do Aurá – N° 80;**

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro informou que a opinião do MCT é que o projeto deva permanecer em revisão. Entretanto, ciente das dificuldades apresentadas pelo MME, concederá um prazo até sexta-feira, dia 09 de junho de 2006, para que os demais ministérios se manifestem a esse respeito.

O Dr. Adriano, representando o MMA, ressaltou a concordância com o parecer apresentado pelo MCT e também sugeriu que o projeto permanecesse em revisão.

A Dra. Branca Americano ressaltou que denúncias foram levantadas quanto à utilização de mão-de-obra infantil neste aterro sanitário. Assim, salientou que a análise deste projeto deva ser feita com muito cuidado. Destacou que o MCT está em estreito contato com o MMA para verificar tais questões.

O Secretario Executivo lembrou que é obrigatório o encaminhamento de carta-convite ao Ministério Público, que até o momento não havia se manifestado.

O Dr. Adriano observou ainda que o MMA está avaliando a competência da prefeitura para emitir licença de funcionamento de uma atividade de aterro sanitário desta magnitude.

A Dra. Paula Benatti, representando o MMA, acrescentou que, recentemente, foi incorporada à legislação a competência para o governo municipal conceder licença ambiental para atividades de projeto cujo impacto seja local. Destacou que até sexta-feira, dia 09 de junho de 2006, o MMA pretende esclarecer com a agência ambiental de Belém se o governo municipal teria de fato competência para licenciar esta atividade de projeto.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de Diminuição de Gases de Efeito Estufa no Aterro Sanitário do Aurá, condicionada ao atendimento das seguintes exigências:

1. Refazer o Anexo III apresentando, de forma clara e objetiva, quais foram as contribuições da atividade de projeto às condições de trabalho, especialmente a referente aos catadores de lixo, à geração líquida de emprego e à distribuição de renda.
2. Esclarecer discordância observada entre o endereço informado na Licença de Instalação 0001/2006 e no Documento de Concepção do Projeto.
3. Conforme requerido no Ofício nº MDL 110/2006/CIMGC, apresentar a Licença Ambiental do Aterro Sanitário do Aurá, onde a atividade de projeto será desenvolvida.
4. Apresentar os termos de compromisso e declarações de conformidade com a legislação ambiental e trabalhista, assinados por **todos** os proponentes do projeto.
5. Reapresentar o PDD/DCP com as seguintes alterações:
  - a. Incorporar no PDD/DCP as informações sobre o uso da geomembrana que constam das cartas-convite, mas não são discutidas no DCP/PDD;
  - b. Incorporar no PDD/DCP as informações sobre os aspectos de transferência tecnológica levantados em reunião pública e não incorporado no DCP; e,
  - c. Utilizar somente um nome para a atividade de projeto (Projeto de Gás do Aterro Sanitário do Aurá) já que vários nomes são citados ao longo do texto.

• **Projeto de Diminuição de Gases de Efeito Estufa no Aterro Sanitário de Canabrava Salvador – Bahia – Nº 76;**

A Dra. Branca Americana apontou as exigências apresentadas no Ofício nº MDL 098/2006/CIMGC, de 20 de março de 2006. Ainda restam pendentes, entre elas, a assinatura dos termos de compromisso por todos os participantes do projeto, compatibilização da licença de implantação da atividade de projeto ao volume previsto no DCP/PDD, além de solucionar um questionamento apresentado pelo Ministério da Fazenda relativo à utilização inadequada do termo “royalty”. Assim, devido à existência destas pequenas pendências sugere que o projeto seja aprovado com ressalvas.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalva** do Projeto de Diminuição de Gases de Efeito Estufa no Aterro Sanitário de Canabrava Salvador – Bahia, condicionada ao atendimento da seguinte ressalva:

1. Apresentação dos termos de compromisso (do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas) e da situação de conformidade ambiental e trabalhista, com assinaturas de **todos** os proponentes do projeto.
2. Apresentação anuência expressa do Centro de Recursos Ambientais, que expediu a Licença de Implantação para o projeto, para alteração da capacidade nominal de queima de metano, para estar de acordo com o DCP. Para os primeiros anos a partir de 2006, as quantidades previstas de destruição são de 12.651, 12.034, 11.447, 10.888, 10.357, 9.852 toneladas de metano. Na Licença de Implantação apresentada consta que fica “vetada qualquer alteração de capacidade e no processo tecnológico, sem expressa



anuência do CRA”. Como a licença tem capacidade nominal de destruição de 9.500 t/ano de metano, ela está inferior ao projeto.

3. Substituição do termo “royalty” nos itens “c” e “e” do Anexo III da Resolução nº 1 desta Comissão por um termo adequado que qualifique melhor o tipo de receita de concessão a ser auferida pelo município, já que no caso específico não se trata de *royalty*.

➤ Projetos submetidos à 30ª Reunião da CIMGC

• **Projeto de uso de escória de alto-forno na produção de cimento na Votorantim Cimentos – N° 85**

A Dra. Branca Americano informou que se trata de um projeto que requiere créditos retroativos desde 2001 e utiliza uma metodologia que permite a escolha de duas abordagens para determinar qual a prática comum no uso de escória no setor de cimento. A empresa alegou não ser possível acessar os dados de uso de escória e, assim, foi obrigada a utilizar a abordagem menos conservadora. Na opinião do MCT, as explicações fornecidas não foram convincentes e há o temor de que este projeto não seja adicional, ou seja, represente a prática já adotada no setor de cimentos para o Brasil.

Além disso, destacou que o fator de emissão utilizado para o projeto foi superestimado, uma vez que foi calculado para o sistema Centro Oeste – Sul – Sudeste, enquanto as fábricas localizam-se apenas nas regiões Centro Oeste e Sudeste. Sugeriu que este projeto fosse posto em revisão.

O Dr. Adriano ressaltou que o MMA identificou algumas questões relevantes acerca do licenciamento ambiental. Ressaltou que a Resolução 264 do CONAMA estabelece a necessidade de um licenciamento ambiental específico para o co-processamento de resíduos. No entanto, foram apresentadas apenas licenças ambientais para a produção de cimento e clinker. Ademais, destacou que uma das seis fábricas localizadas no estado do Rio de Janeiro apresentou um requerimento para a queima de pneus, enquanto o PDD/PCP ressalta que seria utilizado a apenas escória de alto-forno.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de uso de escória de alto-forno na produção de cimento na Votorantim Cimentos, condicionada ao atendimento das seguintes exigências:

1. Esclarecer se e como a energia consumida no processo de secagem da escória utilizada no projeto foi considerada no cálculo das Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa da atividade de projeto;
2. Apresentação de dados que comprovem que atividade de projeto não é linha de base. Apresentação de evidências empíricas para fundamentar as barreiras relatadas assim como a prática comum. Existem dados disponíveis para calcular todas as alternativas listadas na metodologia ACM0005 para a escolha do menor valor para o benchmark da adição de escória ao cimento e por isso seria adequado refazer esses cálculos. Uma das

condições de aplicabilidade da metodologia ACM0005 é que se tenham dados disponíveis. Se os dados disponíveis não forem suficientes para calcular as alternativas listadas, para poder escolher a mais conservadora, a metodologia não poderá ser aplicada.

3. Recalculo das reduções de emissões referentes ao uso da eletricidade da rede usando um fator de emissão para a linha de base que considere somente as usinas do subsistema SE-CO. O pedido tem como fundamento o fato da atividade de projeto estar localizada nas regiões Centro Oeste e Sudeste e que a inclusão de usinas do subsistema Sul aumenta o fator de emissão da linha de base de forma não conservadora.
4. Reapresentação do DCP/PDD e Relatório de Validação em português e inglês com as modificações decorrentes da mudança no fator de emissão para a linha de base.
5. Confirmação de que a unidade de Salto de Pirapora (SAL) tem condições de operar e efetivamente reduzir emissões de GEE com somente parte de seus equipamentos em funcionamento.
6. Apresentação de declarações e termos assinados também pelo segundo participante do projeto, Ecoinvest Carbon Assessoria Ltda., conforme determina a Resolução nº 01 da CIMGC;
7. As Licenças Ambientais apresentadas autorizam a atividade de fabricação de clínquer e/ou cimento. Todavia, a atividade de projeto contempla o uso de escória de alto-forno como substituto para o clínquer em produção de cimento, e deve atender à Resolução CONAMA no 264/1999. Essa Resolução se aplica ao licenciamento de fornos rotativos de produção de clínquer para atividades de co-processamento de resíduos. Portanto solicita-se o fornecimento de informações sobre o processo de licenciamento ambiental específico para o co-processamento da escória de alto forno, considerando o atendimento à Resolução CONAMA no 264/1999.
8. Apresentação da Licença de Operação da fábrica de Volta Redonda, já que somente foi apresentada uma solicitação ao Órgão Ambiental do Rio de Janeiro para incluir no processo de renovação de licenciamento da fábrica autorização para queima de pneus. Confirmação de que os pneus serão utilizados somente na produção de energia e não como aditivo na produção do cimento.

- **Projeto Pequenas Centrais Hidrelétricas Santa Edwiges II – N° 86**

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro informou que o MCT apresentou uma série de exigências e sugeriu a revisão do projeto. Questionou se algum outro membro da CIMGC teria outra consideração a ser feita.

O Dr. Adriano informou que, sob a ótica ambiental o MMA, é favorável à aprovação do projeto.

A Dra. Laura Porto acrescentou que na página 15 do DCP há a informação de que a “EPE” seria a Empresa de Planejamento Energético, enquanto, de fato trata-se da Empresa de Pesquisa Energética. Ademais, apontou outra observação relacionada ao PROINFA.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto Pequenas Centrais Hidrelétricas Santa Edwiges II, condicionada ao atendimento das seguintes exigências:

1. Recalcular as reduções de emissões usando um fator de emissão para a linha de base que considere somente as usinas do subsistema Centro Oeste. O pedido tem como fundamento o fato da usina estar localizada no subsistema Centro-Oeste e que a inclusão do subsistema Sul aumenta o fator de emissão da linha de base de forma não conservadora;
2. Apresentar, como solicitado na Resolução nº 1 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima, a declaração sobre o responsável e o modo de comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão, o termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e as cartas de conformidade da situação ambiental e trabalhista, assinados por **todos** os participantes do projeto;
3. Apresentar o DCP em português conforme a versão do PDD (em particular a Tabela constante no item E.1.2.4, diferente da mesma da versão em inglês);
4. Corrigir no DCP/PDD na seção A.3 (pg. 4) o nome do proponente do projeto Rialma Companhia Energética S.A., que aparece com o numeral “II” inserido nele;
5. Corrigir, no campo A.4.2 do DCP, a capacidade instalada de 9,8 MW para 12,1 MW, potência esta utilizada nos cálculos de redução de emissão e no cumprimento das exigências legais aplicáveis à esta capacidade instalada;
6. Justificar porque a Licença de Funcionamento apresentada refere-se à potência de 12 MW, sendo que no DCP consta capacidade instalada de 12,1 MW;
7. Corrigir a informação de que a EPE seria a Empresa de Planejamento Energético (item B.3), pág 15 do DCP: o correto é EPE – Empresa de Pesquisa Energética;
8. Alterar o comentário acerca do PROINFA (item B.3, Passo 4), pág 20 do DCP: “*A legislação que criou o Proinfa levou em consideração possíveis receitas do MDL para prosseguir com o programa.*”: A legislação que criou o Proinfa procurou garantir, como um dos objetivos do programa, a sua contribuição para a redução da emissão de gases de efeito estufa. Em nenhum momento as receitas do MDL foram consideradas como fator determinante para a implantação do Programa, pelo contrário, este foi considerado elegível ao MDL apenas em 2004, após o seu início. Também esta equivocada a afirmação de que o “*governo brasileiro declarou que os projetos no âmbito do programa Proinfa são também elegíveis para participação do MDL*” e deve ser retirada ou reformulada uma vez que a decisão de aceitar projetos oriundos de

políticas governamentais como atividades de MDL foi dos países partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas e não do governo brasileiro;

9. Reapresentar o DCP/PDD e Relatório de Validação em português e inglês com as modificações solicitadas inclusive aquelas decorrentes da mudança no fator de emissão para a linha de base.

#### • **Projeto Usina São Francisco – N° 87**

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro informou que o MCT apresentou uma série de exigências e sugeriu a revisão do projeto. Questionou se algum outro membro da CIMGC teria outra consideração a ser feita.

O Dr. Adriano apontou que o MMA entendeu que o projeto poderia ser aprovado com ressalvas pois as questões levantadas são relativamente fáceis de serem atendidas. No entanto, não vê problema em seguir o posicionamento do MCT.

A Dra. Branca informou que a questão que levou o MCT a pedir a revisão do projeto foi uma questão do Anexo III, relativa à terminologia “circuito de águas fechadas” e sua possível implicação ambiental. Assim, caso o MMA não considere tal questão como um problema severo, sugeriu que o posicionamento do MCT fosse alterado para aprovação com ressalva.

A Dra. Laura Porto apontou que, na opinião do MME, o projeto deveria ser revisto uma vez que não o DCP/PDD informa que serão produzidos 80 MW de energia, porém a resolução autorizativa apresentada permite a geração de apenas 40 MW

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto Usina São Francisco, condicionada ao atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentação, como solicitado na Resolução n° 1 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima, da declaração sobre o responsável e o modo de comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão, do termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e das cartas de conformidade da situação ambiental e trabalhista, documentos que devem ser assinados por **todos** os participantes do projeto;
2. Reapresentação do Anexo III da Resolução no 1. No documento apresentado há afirmações duvidosas, como ao dizer que o circuito de águas é fechado, para em seguida dizer que os efluentes tratados retornam aos mananciais; diz-se que as termoeletricas não geram impactos ao meio ambiente. A contribuição à geração líquida de empregos é dúbia e os benefícios da atividade de projeto são confundidos com os benefícios da empresa. O documento deve desenvolver melhor as contribuições da atividade do projeto ao desenvolvimento sustentável em todos os seus aspectos;

3. Alterar o comentário acerca do PROINFA (item B.3, Passo 4), pág 24 do DCP: “*A legislação que criou o Proinfa levou em consideração possíveis receitas do MDL para prosseguir com o programa.*”: A legislação que criou o Proinfa procurou garantir, como um dos objetivos do programa, a sua contribuição para a redução da emissão de gases de efeito estufa. Em nenhum momento as receitas do MDL foram consideradas como fator determinante para a implantação do Programa, pelo contrário, este foi considerado elegível ao MDL apenas em 2004, após o seu início. Também esta equivocada a afirmação de que o “*governo brasileiro declarou que os projetos no âmbito do programa Proinfa são também elegíveis para participação do MDL*” e deve ser retirada ou reformulada uma vez que a decisão de aceitar projetos oriundos de políticas governamentais como atividades de MDL foi dos países partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas e não do governo brasileiro;
4. Correção de comentário errôneo acerca do PROINFA (item B.3, Passo 3, Barreira para Investimentos), pág 22 do DCP: “Outra prova de que as barreiras são enormes: a maior parte dos projetos selecionados e contratados pelo Proinfa ainda não está em construção, e alguns deles provavelmente nunca serão construídos.” Cabe esclarecer que o PROINFA conta com linhas de financiamento especialmente desenvolvidas para a implantação do Programa em diversos bancos nacionais, dentre eles, o Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; o Banco do Brasil; o Banco do Nordeste; a Caixa Econômica Federal; e ainda em agências como a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, e a Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE. Resulta que 7% do montante total previsto para o PROINFA (3.299,40 MW) já entrou em operação, representando 20,2% do previsto para o ano de 2006 (1.077,97 MW), e com a previsão de mais 2.221,43 MW para início de operação comercial em 2007.
5. Alteração de comentário errôneo acerca do PROINFA (item B.3, Passo 4), pág 26 do DCP: “A legislação que criou o programa levou em consideração possíveis receitas do MDL para continuar com suas atividades.”: A legislação que criou o PROINFA procurou garantir, como um dos objetivos do programa, a sua contribuição para a redução da emissão de gases de efeito estufa. Em nenhum momento as receitas do MDL foram consideradas como fator determinante para a implantação do Programa, pelo contrário, este foi considerado elegível ao MDL apenas em 2004, após o seu início. O PROINFA teve sua adicionalidade definida na 16ª reunião do Conselho Executivo do MDL, em outubro de 2004, uma vez que pode ser considerado como uma política do tipo “E-” (aquelas que oferecem vantagens comparativas para tecnologias menos intensivas em emissões). Assim, projetos contratados no âmbito do PROINFA têm sua adicionalidade justificada por participarem do Programa, uma vez que, tendo sido contratados, não apresentam maiores barreiras à sua implantação;
6. Alteração da informação de que a EPE seria a Empresa de Planejamento Energético (item B.3), pág 19 do DCP: o correto é EPE – Empresa de Pesquisa Energética;
7. Reapresentação do Relatório de Validação, com correção da data de início da operação do projeto, da média anual de energia excedente gerada para a rede e da data da versão

em português, igual à da versão em inglês. O Relatório de Validação também deve explicitar a data e versão final do DCP/PDD;

8. A atividade licenciada se refere a uma potência de 66 MW. Contudo, para o período entre 2009 e 2012, está prevista uma expansão através da instalação de mais equipamentos, que resultará em uma potência de 80 MW, portanto, acima da potência licenciada. Como a própria LI no 369/2005 traz uma condicionante alertando para o fato de que, de acordo com as leis estaduais, as alterações nas atuais atividades de funcionamento deverão ser precedidas de LI, cabe reforçar que na ocasião de alteração da potência o empreendedor deverá satisfazer essa exigência;
9. Esclarecer as informações constantes do item F.2 do DCP já que a redação está confusa;
10. Embora o proponente se comprometa com o controle dos efluentes, resta esclarecer se o composto orgânico a ser utilizado como adubo seria o vinhoto e quais serão as providências tomadas na sua utilização, considerando os cuidados ambientais necessários. Reconhece-se que a indústria sucro-alcooleira tem obtido avanços consideráveis no tratamento do vinhoto como subproduto do processo produtivo, inclusive utilizando-o como adubo. Contudo, essa utilização não ocorre de forma indiscriminada;
11. Esclarecer se e como as atividades associadas à usina de Araras serão consideradas e incorporadas à atividade de projeto em análise. Informações complementares ao Anexo III, e contidas no item A.2 do DCP, se relacionam basicamente à unidade localizada em Araras, pertencente ao complexo São João, que não é parte integrante da atividade de projeto MDL.

#### • **Projeto Santa Terezinha - Tapejará – N° 88**

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro informou que o MCT apresentou uma série de exigências e sugeriu a revisão do projeto. Questionou se algum outro membro da CIMGC teria outra consideração a ser feita.

O MME destacou que existe um questionamento quanto ao cálculo da potência instalada e da porcentagem de uso interno. Assim, apontou uma possível discrepância nestes cálculos.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto Santa Terezinha - Tapejará, condicionada ao atendimento da seguinte exigências:

1. Reapresentação do DCP, corrigindo-se a afirmação de que o *“governo brasileiro declarou que os projetos no âmbito do programa Proinfa são também elegíveis para participação do MDL”*. A afirmação deve ser retirada ou reformulada uma vez que a decisão de aceitar projetos oriundos de políticas governamentais como atividades de MDL foi dos países partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas e não do governo brasileiro;

2. Esclarecer as informações constantes do item F.2 do DCP já que a redação está confusa;
3. Indicar de forma clara do montante de energia elétrica gerada que será exportado para a rede, pois há uma discrepância entre o valor apresentado na Tabela 6 , Anexo 3, pág 43 do DCP, que indica 28 MW, e o contrato assinado pela Usina Santa Terezinha Ltda com a Eletrobrás, cujo CCVE indica o fornecimento de 48,1 MW de energia no âmbito do PROINFA;
4. Alterar a informação de que a EPE seria a Empresa de Planejamento Energético (item B.3), pág 20 do DCP: o correto é EPE – Empresa de Pesquisa Energética;
5. Alteração de comentário errôneo acerca do PROINFA (item B.3, Passo 3, Barreira para Investimentos), pág 24 do DCP: “Outra prova de que as barreiras são enormes: a maior parte dos projetos selecionados e contratados pelo Proinfa ainda não está em construção, e alguns deles provavelmente nunca serão construídos.” Cabe esclarecer que o PROINFA conta com linhas de financiamento especialmente desenvolvidas para a implantação do Programa em diversos bancos nacionais, dentre eles, o Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; o Banco do Brasil; o Banco do Nordeste; a Caixa Econômica Federal; e ainda em agências como a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, e a Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE. Resulta que 7% do montante total previsto para o PROINFA (3.299,40 MW) já entrou em operação, representando 20,2% do previsto para o ano de 2006 (1.077,97 MW), e com a previsão de mais 2.221,43 MW para início de operação comercial em 2007.
6. Alteração de comentário errôneo acerca do PROINFA (item B.3, Passo 4), pág 26: Está equivocada a afirmação de que o “governo brasileiro determinou que os projetos incluídos no Proinfa também serão elegíveis para participar do MDL” e deve ser retirada ou reformulada uma vez que a decisão de aceitar projetos oriundos de políticas governamentais como atividades MDL foi dos países Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas.
7. Alteração de comentário errôneo acerca do PROINFA (item B.3, Passo 4), pág 26 do DCP: “A legislação que criou o programa levou em consideração possíveis receitas do MDL para continuar com suas atividades.”: A legislação que criou o PROINFA procurou garantir, como um dos objetivos do programa, a sua contribuição para a redução da emissão de gases de efeito estufa. Em nenhum momento as receitas do MDL foram consideradas como fator determinante para a implantação do Programa, pelo contrário, este foi considerado elegível ao MDL apenas em 2004, após o seu início. O PROINFA tem como um de seus objetivos a redução das emissões de gases de efeito estufa, no âmbito do MDL do Protocolo de Quioto. Teve sua adicionalidade definida na 16ª reunião do Conselho Executivo do MDL, em outubro de 2004, uma vez que pode ser considerado como uma política do tipo “E-” (aquelas que oferecem vantagens comparativas para tecnologias menos intensivas em emissões). Assim, projetos contratados no âmbito do PROINFA têm sua adicionalidade justificada por participarem do Programa, uma vez que, tendo sido contratados, não apresentam maiores barreiras à sua implantação.

8. Reapresentação do Anexo III da Resolução no 1. Há afirmações duvidosas, como ao dizer que o circuito de águas é fechado, para em seguida dizer que os efluentes tratados retornam aos mananciais. Embora o proponente se comprometa com o controle dos efluentes, resta esclarecer se o composto orgânico a ser utilizado como adubo seria o vinhoto e quais serão as providências tomadas na sua utilização, considerando os cuidados ambientais necessários. Reconhece-se que a indústria sucro-alcooleira tem obtido avanços consideráveis no tratamento do vinhoto como subproduto do processo produtivo, inclusive utilizando-o como adubo. Contudo, essa utilização não ocorre de forma indiscriminada. Também não é correta a afirmação que as termoeletricas não geram impactos ao meio ambiente. Adicionalmente os benefícios da atividade de projeto são confundidos com os benefícios da empresa. O documento deve desenvolver melhor as contribuições do projeto ao desenvolvimento sustentável em todos os seus aspectos;
9. Apresentação da Licença Ambiental de Operação para a atividade de Projeto, ou seja, geração de 50,5 MW de energia elétrica. Faz-se necessária sua apresentação para atestar que há conformidade ambiental junto ao agente licenciador. Apresentar as Licenças específicas para a Co-geração de Energia;
10. Apresentação, como solicitado na Resolução nº 1 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima, da declaração sobre o responsável e o modo de comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão, do termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e das cartas de conformidade da situação ambiental e trabalhista, documentos que devem ser assinados por **todos** os participantes do projeto;
11. Reapresentação do Relatório de Validação, com acerto da sua data de emissão, que deve ser a mesma nas versões em português e em inglês, bem como os relatórios resumos da validação, F-MDL-REG e F-CDM-REG, citando entre a documentação analisada a última versão do DCP/PDD;

- **Projeto Embralixo / Araúna – Bragança Projeto de Biogás (Bragança Landfill Gas Project) – Nº 89**

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro informou que o MCT entendeu que o projeto contribui para o desenvolvimento sustentável, porém apresenta algumas ressalvas. Questionou se algum outro membro da CIMGC teria outra consideração a ser feita.

O Dr. Adriano informou que um dos pontos levantados pelo MCT diz respeito à licença de instalação, e no entendimento do MMA deveria ser o caso de revisão.

A Dra. Laura apontou uma questão relativa à localização do aterro e a propriedade do Aterro Sanitário.



O Secretário Executivo informou que a questão da propriedade do Aterro Sanitário não é uma questão relativa aos projetos MDL. Ressaltou que já foram aprovados projetos de Aterro Sanitários pela CIMGC que localizavam-se em terrenos invadidos, e que esta questão não interfere no funcionamento do projeto sob a ótica do mecanismo de desenvolvimento limpo.

O Dr. João Luiz Tedeschi, representando o MME, disse que sua preocupação é de que a falta de comprovação de posse da terra possa acarretar problemas legais futuros que impactariam a atividade MDL.

O Secretário Executivo entendeu que caso isto venha a ocorrer, o projeto MDL deixaria de existir e as emissões de Gases de Efeito Estufa voltariam a ocorrer. Neste caso, o problema passaria a ser da entidade operacional designada contratada para fazer as verificações.

Destacou, ainda, que do ponto de vista da CIMGC os responsáveis pelo projeto estão claramente definidos no DCP/PDD e nas declarações apresentadas conforme determina a resolução 01.

No caso do projeto em questão, o Secretário argumentou que seria apropriado pedir que os proponentes apresentassem cópia da documentação que os autoriza a operar o aterro sanitário, ou seja, algum tipo de contrato de concessão.

O Dr. Raphael Azeredo esclareceu que, para a concessão de licença ambiental, é necessário que se comprove a posse ou direito de uso de determinado espaço. Assim, indiretamente, o problema estaria resolvido.

O Dr. Adriano lembrou que este aterro em questão ainda não possui licença ambiental.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto Embralixo / Araúna – Bragança Projeto de Biogás (Bragança Landfill Gás Project), condicionada ao atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentação, como solicitado na Resolução nº 1 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima, das cartas de conformidade da situação ambiental e trabalhista assinadas por **todos** os participantes do projeto;
2. Tendo em vista que o proponente do projeto informou que a licença ambiental para a atividade de projeto será obtida somente após a implementação do sistema de captura e queima do gás e que a Licença de Instalação apresentada não trata especificamente da atividade de projeto, faz-se necessário a apresentação da Licença de Instalação específica para a atividade de projeto ou declaração de dispensa de licenciamento emitida pela CETESB, órgão ambiental competente. O procedimento licenciatório já deveria estar em trâmite junto à CETESB, devendo, inclusive, já ter sido obtida a Licença de Instalação para os equipamentos, objeto da captação e queima do gás metano, cujo início da atividade estava previsto para abril de 2006 e o primeiro período de obtenção de créditos para agosto de 2006.

3. Corrigir no campo B.1 do DCP/PDD a referência à metodologia de **monitoramento** utilizada, quando, na verdade, o campo refere-se à metodologia de **linha de base**. Evidentemente ambas tem a mesma numeração ACM 0001.
4. Apresentar de forma precisa os dados que possam referenciar o local da implantação do Projeto, pois há discrepâncias nas informações disponibilizadas. No item A.4.1.4. do DCP, foi informado que o endereço da atividade de Projeto é rua Tupi, nº 140, Bairro do Taboão, mesmo endereço da Embralixo. Já nas licenças ambientais, o endereço do aterro é Estrada Municipal do Campo Novo;
5. Complementar as informações requeridas pelo Anexo III da Resolução nº 1, de 11 de dezembro de 2003, da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, no que se refere aos aspectos da distribuição de renda, da capacitação e desenvolvimento tecnológico e da integração regional e articulação com outros setores;
6. Esclarecer se as empresas proponentes têm algum tipo de concessão municipal para gerenciar o aterro e/ou implantar a atividade de Projeto;

➤ Novos projetos submetidos à CIMGC

O Secretário Executivo esclareceu que os seguintes projetos estão sendo submetidos durante esta reunião:

- **Projeto Eliane de Troca de Combustíveis para Gás Natural – No 97**
- **Projeto de mitigação de GEE das fazendas incluídas nos PDDs BR05-B-08 – No 98**
- **Projeto de mitigação de GEE das fazendas incluídas nos PDDs BR05-B-12 – No 99**
- **Projeto de mitigação de GEE das fazendas incluídas nos PDDs BR05-B-17 – No 100**
- **Projeto ECOINVEST – MASTER Agropecuária – Captura e combustão de GEE em granjas de suínos no Sul do Brasil – No 106**
- **Parque Eólico Osório – No 95**
- **Projeto Hidrelétrica Aquarius – No 90**
- **Projeto de MDL da central Hidrelétrica a Fio D'Água Monte Claro CERAN – No 91**
- **Projeto de produção de cimento composto com escória de alto forno na Cimento Mizu – No 92**
- **Projeto Progas SIL (PROGAS) – No 93**
- **Projeto Rialma Energatica I S/A Parque Central Hidrelétrica Santa Edvigés I – No 94**
- **Projeto de Cogeração de Bagaço Água Bonita – No 96**

- **Projeto troca de óleo combustível por gás natural na Votorantim Cimentos Cubatão – No 101**
- **Projeto Sais Químicos Raudi – No 102**
- **Projeto de Cogeração de Bagaço Mandu – No 103**
- **Projeto Atiaia S/A – Pequenas centrais hidrelétricas Burití e Canoa Quebrada – No 104**
- **Projeto de diminuição de gases de efeito estufa no Aterro de Manaus – No 105**

O Secretário Executivo informou que o Conselho Executivo bloqueou, temporariamente, ou seja, colocou “*on hold*” as metodologias de aproveitamento de resíduos de suinocultura. A Secretaria Executiva recebeu um comunicado da AgCert, proponente dos projetos de Mitigação SMDA GEE BR05 B-08, B-12 e B-17, informando da urgência destes projetos. Outro projeto que se encontra em situação semelhante é o Projeto ECOINVEST – MASTER Agropecuária. Além destes, também o Projeto Eliane de Troca de Combustíveis para Gás Natural está tendo sua metodologia atualizada de forma semelhante.

A equipe da Secretaria Executiva procedeu à análise destes projetos, mas salientou que os projetos não foram analisados pelos demais Ministérios, tampouco eram pauta desta reunião. Pediu que a Dra. Branca Americano apresentasse a análise.

De forma sintética, a Dra. Branca informou que, na opinião do MCT, os projetos de suinocultura foram elaborados de forma clara e eficiente, não havendo questionamentos a serem feitos. Sugeriu a aprovação dos projetos de Mitigação SMDA GEE BR05 B-08, B-12 e B-17 e do Projeto ECOINVEST – MASTER Agropecuária. Ressaltou que o Projeto Eliane apresentou uma série de pontos que devem ser esclarecidos. Assim, sugeriu que fosse posto em revisão.

O Dr. Adriano informou que o MMA concorda com a aprovação dos projetos B-08 e B-17, entretanto detectou questões relacionadas à localização do empreendimento no licenciamento ambiental em algumas fazendas do projeto B-12. Informou que, por este motivo, seu parecer sugeria que este projeto fosse aprovado com ressalvas.

O Secretário Executivo informou que esta é uma questão muito importante. Esclareceu que em reunião com os representantes da AgCert pediu que fosse dada maior atenção à localização dos empreendimentos, sugerindo que ao invés de informar a localização do portão da propriedade, fosse informada a localização do biodigestor. Assim, evitar-se-iam problemas de dubiedade nos casos em que várias propriedades utilizam o mesmo portão.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro perguntou se algum membro da CIMGC teria alguma objeção à análise destes projetos durante a 31ª reunião.

A Dra. Laura Porto se manifestou favoravelmente à aprovação dos projetos.

CIMGC deliberou pela **aprovação** dos projetos mitigação de GEE das fazendas incluídas nos PDDs BR05-B-08; BR05-B-12; BR05-B-17; ECOINVEST – MASTER Agropecuária – Captura e combustão de GEE em granjas de suínos no Sul do Brasil.

A CIMGC deliberou também pela **revisão** do Projeto Eliane de Troca de Combustíveis para Gás Natural, condicionada ao atendimento da seguinte exigências:

1. Apresentar licença operacional válida para a unidade Eliane IV e V;
2. Esclarecer se a Licença Ambiental de Operação nº 1459/2004 referente a unidade Eliane Porcellanato se aplica a alguma outra unidade que faz parte da atividade de projeto;
3. Adequar o DCP/PDD à conclusão apontada pela DNV de que a unidade Eliana III não faz parte da atividade de projeto.
4. Conforme determina a Resolução nº 1 da CIMGC, todos os participantes do projeto devem apresentar declarações de conhecimento da legislação trabalhista e legislação ambiental. Assim, resta necessário que a EcoSecurities, empresa que também é participante do projeto, encaminhe tais declarações.
5. Esclarecer tanto na Seção A.3 “Participantes do Projeto” quanto no Anexo 1 do DCP/PDD em que país se encontra a empresa EcoSecurities Ltd.
6. Reapresentar, conforme determina a metodologia AM0008, análise de adicionalidade comprovando que nas empresas do ramo de cerâmicas, na região da atividade do projeto, o uso do gás natural não é a linha de base. Destaca-se que:
  - a. A mudança para um combustível mais limpo e com menor conteúdo de enxofre reduz as emissões de material particulado e confere melhor qualidade aos produtos de cerâmica produzidos.
  - b. Conforme demonstrado no Balanço Energético Brasileiro, BEN 2005, o setor de cerâmica tem apresentado uma firme tendência de adoção do gás natural em substituição a outros combustíveis fósseis.
  - c. A indicação de que o processo de substituição de combustível da Eliane foi uma atitude isolada no setor de produção de cerâmica do Estado de Santa Catarina é equivocada.

O Secretário Executivo informou que esperará até sexta feira, dia 9 de junho de 2006, o posicionamento dos demais membros da CIMGC acerca dos projetos Eliane, Master, Santa Terezinha, Água Doce, Cana Brava e Aurá.

Questionou aos membros da CIMGC se a frequência bimestral de reuniões estaria satisfatória ou se eles entendem que deveria ser aumentada para reuniões mensais.

Sem objeções, o Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro ratificou suas colocações e perguntou se teria algum outro assunto para ser tratado ainda durante a 31ª reunião.

Sem outros temas a serem tratados, agradeceu a participação de todos os representantes dos Ministérios e declarou encerrada a reunião.